



PATRIMÔNIO CULTURAL E ENSINO DE HISTÓRIA: A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL COMO ESTRATÉGIA DE ENSINO DE HISTÓRIA LOCAL E REGIONAL

Aletícia Rocha Da Silva

Universidade Federal do Tocantins

INTRODUÇÃO

A presente comunicação relata a pesquisa em andamento para a minha dissertação para o programa de mestrado PROFHISTÓRIA, na qual desenvolvo uma proposta de educação patrimonial e preservação dos lugares de Memória, tendo como objetivo Investigar a possibilidade de ensinar a História local por meio da educação patrimonial no espaço da Feira de Livre de Colinas do Tocantins, com uma turma de 7º ano do Colégio João XXIII.

No contexto atual, em a disciplina enfrenta grandes desafios para se manter no currículo, afetada pela reforma do Ensino Médio, imposta pelo Governo do presidente Michel Temer, e que há disputas político-ideológicas sobre qual é a função da História e de quais histórias ensinar, além de outras amarras impostas pelas decisões políticas do grupo que tomou o poder da nação, o ensino de História se mostra de extrema importância para levar a cabo uma das premissas básicas do ensino básico que é permitir o pensamento crítico. Fato este que já vem explicitado nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) que trata do que se espera do aluno que conclui o Ensino Fundamental:

Compreender a cidadania como participação social e política, assim como exercício de direitos e deveres políticos, civis e sociais, adotando, no dia-a-dia, atitudes de solidariedade, cooperação e repúdio às injustiças, respeitando o outro e exigindo para si o mesmo respeito;

Posicionar-se de maneira crítica, responsável e construtiva nas diferentes situações sociais, utilizando o diálogo como forma de mediar conflitos e de tomar decisões coletivas. (BRASIL. MEC, 1998).

Os PCNs dão orientações para que a educação atue na construção da cidadania e o faz incluindo a diversidade cultural brasileira como parte do seu patrimônio sociocultural. Dessa forma, o ensino de história pode permitir que o estudante do ensino básico reconheça as diferenças culturais como enriquecedora da identidade nacional. Neste sentido, propiciar o conhecimento sobre as várias etnias, religiões, linguagens que formam o amplo patrimônio sociocultural brasileiro é uma ferramenta utilizada na escola para a construção da cidadania.

Para Rebeca Gontijo (2009, p.63), o espaço escolar seria “um espaço privilegiado para o estudo da pluralidade, pois é considerada como lugar de convivência entre pessoas de diferentes origens, com costumes e dogmas religiosos variados, com visões de mundo das mais diversas”.

O patrimônio histórico sociocultural do povo brasileiro vai muito além das diferenças culturais e é repleto de múltiplas manifestações, de várias naturezas: material, imaterial, científico, artístico e ambiental. Cabe a cada comunidade construir para si o significado de quais são os elementos constituintes da sua identidade local e coletiva e preservar os seus lugares de memória.

Os lugares de memória apresentam um sentido mais amplo e múltiplo que o nome sugere. Para Pierre Nora (1993) define lugar de memória como:

São lugares, com efeito nos três sentidos da palavra, material, simbólico e funcional, simultaneamente, somente em graus diversos. Mesmo um lugar de aparência puramente material, como um depósito de arquivos, só é um local de memória se a imaginação o investe de uma aura simbólica. Mesmo um lugar puramente funcional, como um manual de aula, um testamento, uma associação de antigos combatentes, só entra na categoria se for objeto de um ritual (...) Os três aspectos coexistem sempre (NORA, 1993: 21-22) .

O que Nora enfatiza é que mesmo um objeto de uso pessoal pode ser um local de memória se nele for investido imaginação e lembranças. Cabe então à escola ajudar ao alunado a construir uma noção de patrimônio histórico cultural muito mais amplo. Nesse sentido, eles precisam pensá-los muito além dos espaços públicos e com significado para a sua coletividade. O Patrimônio também assume um caráter importante na formação da memória afetiva com o local e da identidade cultural do indivíduo.

A realidade de Colinas do Tocantins, por ausência de tombamento de bens materiais e imateriais não permite um trabalho de educação patrimonial em locais oficialmente reconhecidos como patrimônio cultural. Diante desta contingência, trabalharei com a visão do patrimônio comunitário e não oficial, com o ambiente de fato utilizado pelas pessoas. O fato é que, em muitas situações, essas pessoas podem nem sentir interesse em oficializar em órgãos responsáveis esta característica cultural dos espaços e eventos; uma vez que o reconhecimento oficial poderia tornar o uso do local recheado de burocracia. O que acabaria por tornar o local inacessível e distante dos mesmos. Dessa forma o trabalho busca as experiências pessoais e coletivas com o espaço público municipal, de modo a reconhecer nele partes constituintes da cultura local.



Para Teixeira (2008) é importante deixar claro que patrimônio está não apenas em elemento do passado, mas também no presente e conseqüentemente, não é apenas o belo, o grandioso, monumental e heroico. O patrimônio histórico cultural está junto ao que é corriqueiro, no cotidiano da comunidade e nos aspectos mais simples da vida.

PATRIMÔNIO E IDENTIDADE: BREVES REFLEXÕES

O conceito de patrimônio é socialmente construído. Sendo que a origem da palavra remete a antiguidade romana numa acepção de propriedade e bens familiares do pater. Versão muito próxima da pré-noção que se encontra mais corriqueiramente como sendo “*o que se tem*”, “*o que se possui*”.

A ideia de patrimônio como pertencente ao todo coletivo tem sua gênese após a Revolução Francesa do Século XXIII, quando se criou comissões para preservar os monumentos tidos como de importância para a nação francesa e sua cultura. A opção de preservar monumentos e bem comuns se fortalece com o fortalecimento dos estados nacionais, que buscaram elementos para legitimar a identidades das nações. Porém é no século XX que o termo e busca pela preservação do patrimônio ganha uma admirável investida de acordo com Funari e Pelegrini (2006, p.20-21)

A ênfase no patrimônio nacional atinge seu ápice no período que vai de 1914 a 1945, quando duas guerras mundiais eclodem sob o impulso dos nacionalismos. Alguns exemplos extremos mostram como mesmo os vestígios mais distantes, no tempo e no espaço, podiam ser lidos como parte da construção da nacionalidade. Assim, os italianos usavam os vestígios dos romanos para construir uma identidade calcada nesse patrimônio, restaurado, glorificado, exaltado como exemplo do domínio do mundo pelos romanos e seus herdeiros, os italianos.

Os estados passaram a buscar monumentos, objetos, escritos produzidos no passado para legitimar a forma mostrada no presente. De forma que esse patrimônio pudesse mostrar ao povo o caráter único que a nação veio erigindo ao longo dos anos.

Com a criação da Organização das Nações Unidas (ONU), em 1945, após o final da segunda Guerra Mundial e da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) foi legitimada a noção de patrimônio após a Conferência Geral da UNESCO reunida em Paris de 17 de Outubro a 21 de Novembro de 1972. Nesta conferência ficou ratificada a seguinte concepção de patrimônio mundial:

O patrimônio cultural é composto por monumentos, conjuntos de construções e sítios arqueológico, de fundamental importância para a memória, a identidade e a criatividade dos povos e a riqueza das culturas (...) A Convenção definiu também



que o Patrimônio Natural é formado por monumentos naturais constituídos por formações físicas e biológicas, formações geológicas e fisiográficas, além de sítios naturais. Nele a proteção ao ambiente, do patrimônio arqueológico, o respeito à diversidade cultural e às populações tradicionais são objeto de atenção especial. Nesse sentido, a Lista de Patrimônio Mundial reside na conformação de um patrimônio comum, partilhado entre todos os países. (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. 2016)

Tomando por partida o *Manual de Atividades Práticas de Educação Patrimonial* escrito pela por Evelina Grunberg (2007) e distribuído pelo IPHAN considera-se que patrimônio cultural:

São todas as manifestações e expressões que a sociedade e os homens criam e que, ao longo dos anos, vão se acumulando com as das gerações anteriores. Cada geração as recebe, usufrui delas e as modifica de acordo com sua própria história e necessidades. Cada geração dá a sua contribuição, preservando ou esquecendo essa herança.

Patrimônio Cultural não são somente aqueles bens que se herdam dos nossos antepassados. São também os que se produzem no presente como expressão de cada geração, nosso “Patrimônio Vivo”: artesanatos, utilização de plantas como alimentos e remédios, formas de trabalhar, plantar, cultivar e colher, pescar, construir moradias, meios de transporte, culinária, folguedos, expressões artísticas e religiosas, jogos, etc (Grunberg. 2007;04).

Para que a comunidade possa produzir sentido sobre o patrimônio cultural é necessários ações educativas que visem despertar o interesse sobre a memória, as manifestações e produções do local. Para essas ações educativas atribuímos o conceito de Educação Patrimonial. Conforme explicita Medeiros e Surya (2012):

A educação patrimonial é um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no patrimônio cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo. Significa tomar os objetos e expressões do patrimônio cultural como ponto de partida para a atividade pedagógica, observando-os, questionando-os e explorando todos os seus aspectos, que podem ser traduzidos em conceitos e conhecimentos. Sem dúvida, a educação patrimonial pode ser um instrumento de “alfabetização cultural”, que possibilita ao indivíduo fazer a leitura do mundo que o rodeia, levando-o à compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórico-temporal em que está inserido. Esse processo leva ao desenvolvimento da autoestima dos indivíduos e da comunidade, e à valorização de sua cultura (Medeiros; Surya; 2012; 279).

A concepção do conceito de patrimônio histórico cultural foi sendo ampliada ao longo dos anos, sendo atualmente regida pela Constituição de 1988 que, no artigo 216, declara: *“Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira. A Constituição Brasileira chama a atenção para o patrimônio socialmente construído e às noções de identidade e memória do povo brasileiro. Daí a necessidade de abordar as discussões sobre a identidade nacional.*

Questão que sempre esteve na pauta dos estudos historiográficos nacionais e que hoje, com a plena evolução dos meios de comunicação e mídias e a efemeridade dos processos sociais ascendem mais e mais discussões. De forma que as identidades coletivas nacionais não se encontram coesas, porém podem encontrar pontos de interesse onde alguns grupos se apoiam. Como pontua Azevedo (2006, p.43).

Deve-se afirmar, portanto, a plasticidade das identidades coletivas, sua natureza móvel, flutuante, mutável. Identidade é uma construção social simbólica dinâmica em função de sua permeabilidade em face do contexto. Portanto as identidades mostram-se móveis porque são contingentes. Consta-se que a identidade de um grupo não está dada de uma vez por todas por uma determinada posição que seus membros ocupam num grupo social, profissional ou organização de qualquer natureza.

A identidade segue os acontecimentos sociais que permeiam a existência de um grupo, podendo então que esse mesmo grupo experimente ao longo do tempo diversas concepções de identidade. Não sendo a identidade um axioma, em vez disto ela é móvel, complexa, pouco compreendida, multifacetada e líquida. Nesta pesquisa abordaremos o conceito de identidade a partir do viés da Sociologia dos autores Stuart Hall (2006) e Zygmunt Bauman (2005).

Nas últimas décadas o fenômeno da globalização tem jogado novamente as discussões sobre a validade das identidades nacionais em um momento em que os estados têm se aberto ao capital internacional e permitido o fluxo de mercadorias e forças de trabalho para além de suas fronteiras. Movimento que conseqüentemente interfere no sentimento de pertencimento ao local, sentimento no qual por muito tempo se assentou o conceito de identidade. Conseqüentemente não se concebe mais um sentimento único e coeso de identidade. Mas de múltiplas identidades que se inter cruzam, se complementam ou se deslocam.

Stuart Hall na obra *Identidade Cultural na Pós-Modernidade* (2006) trabalha com a concepção de “identidades culturais” e postula três noções de identidade e as atribuiu a três sujeitos: O sujeito do iluminismo, o sujeito sociológico e o sujeito pós-moderno.

Para Hall, estamos na era do sujeito do sujeito pós-moderno. A identidade é construída historicamente em processo contínuo. O sujeito não tem mais uma identidade centrada no eu, que não existe mais de forma homogênea. Assim, coexistem diversas identidades culturais conflitantes que se empurram em direções opostas. E com as quais o sujeito pode se identificar com uma delas e abandona-las a cada vez que precisar produzir um novo sentido para sua realidade (HALL; 2006).

Para Zygmunt Bauman, em *Identidade* (2005), existe uma impossibilidade dos sujeitos de alcançar uma identidade rígida, dada a liquidez das estruturas do mundo líquido-moderno.

O autor critica que o conceito de identidade ainda esteja ligado à ideia de pertencimento ao local principalmente em um mundo composto por milhões de imigrantes e refugiados. Dessa forma, as noções de identidade não têm mais a solidez de uma rocha e nem são garantidos para toda uma vida (2005. p, 17).

Essas concepções de construção de identidade são especialmente importantes ao se investigar um local como Colinas do Tocantins, que é uma cidade de imigrantes. Cujos sujeitos tiveram de ressignificar suas identidades no contato com tantos outros imigrantes, de diversos lugares que aqui chegaram e que, neste processo de construção e contato, os ajudaram a reconstruí-la, agora adaptada para a realidade de “ser colinense”.

PATRIMÔNIO EM DISCUSSÃO

Em 1937 com o adendo do Estado Novo, Getúlio Vargas reorganiza todo o aparelho estatal e burocrático da nação criando uma máquina de propaganda política e ideológica que abarcava a cultura e o ensino. O Estado Novo cooptou um grande número de intelectuais que trabalharam em torno de um conceito de “cultura brasileira” de forma a elaborar ações que executassem e difundissem essa ideologia. Entre os mais memoráveis estão nomes como os de Gustavo Capanema, que assumiu o Ministério da Educação, Mário de Andrade, Oscar Niemeyer, Oswald de Andrade, Manuel Bandeira, Lúcio Costa e Carlos Drummond de Andrade, chefe de gabinete de Capanema.

Como suporte à política nacionalista, diversas áreas sofreram a intervenção de intelectuais. Que apoiados nas ideias no Movimento Modernista criaram o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN, no ano de 1937. Ficou a cargo de Mário de Andrade elaborar o anteprojeto de lei com o auxílio de outros intelectuais como Manuel Bandeira, Luís Jardim, Afonso Arinos, Lúcio Costa, Carlos Drummond de Andrade e Prudente de Moraes Neto.

Mário de Andrade era diretor do Departamento de Cultura da Prefeitura de São Paulo, por isso indicou para a direção do SPHAN o advogado e Jornalista Rodrigo Melo Franco de Andrade, que permaneceu 30 anos à frente do SPHAN.

Durante esse período o SPHAN se dedicou a estabelecer laços com o passado brasileiro e a cultura tida como tipicamente nacional daí a ênfase inicial ao estilo barroco e a arquitetura colonial das cidades mineradoras de Minas Gerais. Dessa forma, não se

abandonava a cultura dos heróis nacionais, ao mesmo tempo em que priorizava a ideia de um passado glorioso que encaminhou a nação para um futuro.

O saldo positivo dos primeiros trinta anos do SPHAN foi o tombamento de centenas de bens. Todavia, esses bens eram igrejas, casarões, obras de arte e muitos outros elementos ligados à classe dominante. No processo não foram incluídos bens que serviam apenas para uso das classes sociais desfavorecidas e tão pouco se falava em educação patrimonial. Entende-se Educação patrimonial como o método de ensino voltado para o conhecimento dos significados atribuídos aos elementos constitutivos da memória e identidade, para a valorização dos bens, dos saberes, dos fazeres culturais locais e dos lugares de memória de um povo.

ENSINO DE HISTÓRIA E PATRIMÔNIO

Entre os anos de 1940 a 1960 o Ensino de História foi alvo de discussões a cerca das orientações políticas para o ensino. Emerge também a ideia da adoção dos estudos sociais em substituição da História autônoma. Dessa forma, os estudos sociais atenderam com maestria o plano de governo dos militares que assumiram a presidência do país a partir do ano de 1964 e efetivado nas escolas de Primeiro e Segundo Grau com a lei nº 5.692, em 1971.

Com a disciplina sendo ministrada apenas no segundo grau, professores de História passaram por severas perseguições e vigilância nos tempos da ditadura militar, a sala de aula era então um espaço de resistência. Dessa forma, a imposição dos estudos sociais fomentou a luta dos historiadores pelo retorno da disciplina de forma autônoma. Liderado pela ANPUH, houve uma campanha pela volta do ensino de História. Para Schmidt (2011; 86), o marco definidor dessa volta foi à criação dos Parâmetros Curriculares Nacionais no ano de 1998.

Os PCNs justificaram a necessidade de um Ensino de História autônomo em seu texto e para isso baseou-se nos fracassos escolares durante o período de vigência dos estudos sociais. Como alternativa, tratou-se de conceber um ensino de história cuja atuação alcançaria além da escola, do saber científico, que pudesse ser realizado em diferentes espaços e que levassem ao pleno desenvolvimento da consciência histórica e na dimensão atitudinal do conteúdo. Neste sentido, ganha ainda mais importância o trabalho do ensino de História e o Patrimônio Cultural, que quando trabalhado em conjunto costuma-se utilizar o conceito de “Educação Patrimonial”. Pois ele permite o trabalho em espaços escolares e não escolares, com a história regional, o saber local e com diversas temporalidades que permeiam os objetos

e espaços de memória, levando o estudante a realizar uma releitura do mundo que o cerca despertando o interesse em resolver questões significativas para a vida pessoal e coletiva (Silva e Delgado, 2014:73).

O trabalho com o saber histórico local possibilita atividades investigativas dos usos do espaço geográfico, dos recursos naturais, das manifestações artísticas, religiosas e sociais locais e permite um rompimento com um ensino de história mecânico que se atém a currículo petrificado da história dos grandes heróis nacionais que foi muito praticado no passado e que não muito raramente ainda encontramos nas escolas brasileiras.

Considera-se que ensinar História valorizando o Patrimônio Cultural e a Educação Patrimonial no cotidiano da sala de aula, caracteriza uma estratégia de sucesso para inserir os estudos do local e do regional.

LUGARES E SUJEITOS

No estado do Tocantins as cidades surgidas a partir da década de 1950 são, na grande maioria, as que concentram os maiores contingentes populacionais. A cidade de Colinas do Tocantins cuja origem remonta ao dia 21 de abril de 1960, na época ainda pertencente ao estado de Goiás. O povoado foi emancipado e tornado município em 23 de outubro de 1963 pelo decreto Lei nº 4,707 e oficialmente instalado a partir de 1º de janeiro de 1964 (SILVA e VINHAL, 2008). Porém, pela semelhança de data como o aniversário da capital nacional Brasília e por respeito histórico pela fundação do povoado a data oficial de aniversário continuou sendo o dia 21 de abril. Em 2016, população estimada do município era de 34.416 habitantes, segundo informações do IBGE.

Em uma pesquisa preliminar observei não há preocupação do poder público em preservar prédios, ruas e espaços naturais ou edificados como Patrimônio Histórico Cultural do município e ações desta natureza são ainda bastante escassas no estado do Tocantins, especialmente nas cidades fundadas no século XX. Por isso propus pesquisar o campo da educação patrimonial. Ou seja, a construção das noções básicas acerca do que é o patrimônio público, patrimônio histórico e patrimônio histórico cultural nas salas de aula do Tocantins, especialmente nas aulas de história do Colégio João XXIII, em Colinas do Tocantins.

O colégio João XXIII foi criado em março de 1969. A escolha do Colégio João XXIII

como campo de pesquisa se deve ao fato de ter sido esta a escola no qual estudei durante o ensino fundamental e ensino médio. Então tenho uma memória afetiva muito forte em relação à mesma. Também é esta a unidade escolar onde leciono desde janeiro de 2016. Logo, considero positivo realizar o projeto nesta escola, pois tenho várias benesses, tais como, livre acesso, apoio e colaboração da equipe de coordenadores, prévia autorização da direção. A turma escolhida para o trabalho é o 7º ano do ensino fundamental, especificamente o 7º ano A.

Nos domingos, a partir das cinco horas da manhã, no espaço central da cidade, mais precisamente nas ruas no entorno do mercado municipal, ocorre a Feira livre de Colinas do Tocantins. Surgida a partir da iniciativa dos moradores a mesma se transformou, ao longo dos anos, em um lócus de movimentação dos colinenses, que são atraídos pela oportunidade de comprar alimentos dos produtores rurais locais, tais como vegetais, legumes, verduras e frutas frescas; adquirir queijo fresco, galinha caipira, temperos naturais, ervas medicinais e até mesmo tomar um café da manhã nas barracas de comida. Pode-se escolher saborear um beiju feito na hora (também conhecido como tapioca), alimento conhecido de praticamente todos os habitantes da cidade, principalmente dos que são imigrantes ou filho de imigrantes de vários estados do nordeste; bolos dos mais diversos sabores e cores, pães de queijo, os bolos de polvilho, também fritos na hora sob os olhos do cliente.

Foi num destes momentos, de esperar o bolo esfriar, que comecei a abranger o olhar para a Feira Livre como um local de troca de experiências. Esses cinco minutos necessários para que o bolo de polvilho ou a tapioca tenha uma temperatura que possa ser consumida, que as conversas se iniciam. É o espaço de tempo em que você pergunta sobre um evento da cidade, troca opiniões sobre um transeunte, comenta sobre clima, reclama ou ouve reclamar sobre a administração do espaço público, enfim; você participa de conversas com pessoas que não fariam parte do seu ciclo cotidiano. Fato apenas possibilitado em um ambiente de convivência popular e comunitário.

Em outras barracas, mesmo naquelas em que o processo de compra é mais rápido, não se foge muito desse ritual de conversas e socialização. E, numa ou noutra visita, já se tem a abertura para perguntar como é a vida do feirante ou visitante durante os outros dias da semana. Assim, acabamos por conhecer fatos sobre a profissão das pessoas, um pouco sobre as famílias, conta-se um pouco da sua própria vida e, por consequência, laços vão sendo criados com as pessoas e com esse espaço.

Por todas as minhas experiências de visitas à Feira Livre, desde á época em que apenas

acompanhava minha mãe na compra de ingredientes para os almoços de domingo, até a atualidade, na qual a frequento por minhas próprias razões e, também por defender os usos e abusos desses espaços públicos como parte integrante da cultura das cidades, é que acredito que o ambiente da Feira Livre é muito além que um espaço de compra e venda: É um espaço de sociabilidades (MASCARENHAS e DOLZANI, 2008; ALMEIDA 2009). É onde se entrecruzam personagens de diversas idades, grupos sociais, religiões, vindos de todos os bairros da cidade, da zona rural e povoados vizinhos. Por tamanha variedade é bem difícil encontrar na cidade outro espaço que agregue pessoas com tantos elementos divergentes num mesmo espaço.

Os autores Vanessa Dalenogare e Dirceu Luiz Alberti (2011), no artigo *Educação Popular: Saberes Intrelaçados* defendem que, por seu caráter popular e culturalmente diverso, as feiras livres são excelentes espaços para o desenvolvimento de ações educativas por oferecer um ambiente de múltiplas atividades e interesses, uma vez que:

De um lado, está o feirante, na intenção de vender o seu produto e, de outro lado, o comprador. Cada um traz seus traços culturais, uma história particular, havendo uma troca de saberes, informações e tecnologias de cada cultura. Na realidade, a feira, pode ser considerada como uma mistura de trabalho, lazer e entretenimento, para muitas das pessoas que dela participam. É um lugar onde é possível encontrar produtos diversificados, novidades e artefatos manufaturados, guloseimas de diversas culinárias, produtos naturais como ervas medicinais, frutas e verduras, enfim, expressões várias das diferentes culturas que tornam a feira atrativa e interessante (DALENOGARE, ALBERTI 2011. p,76).

Partindo do pressuposto que a feira é um lugar onde os fazeres e saberes se entrelaçam por meio de convívio entre diversos saberes populares e práticas de produção, seja ela rural, como no caso dos agricultores e pecuaristas. Ou práticas urbanas, caso dos feirantes das barracas de comida, de venda de roupas e produtos do comércio informal, e que resistem as facilidades do mundo moderno e ascensão dos supermercados, farmácias e lojas é que considero um excelente espaço para realização do trabalho com a história local.

Nesse sentido, ressaltamos que a feira é um *lôcus* privilegiado para o desenvolvimento de ações educativas e culturais, estimulando ainda mais as trocas espontâneas que lá acontecem, tendo em vista que há um público expressivo e diversificado que frequenta aquele espaço com regularidade, possibilitando a continuidade das ações por um período prolongado (DALENOGARE, ALBERTI 2011.75).

Assim, por compartilhar como os autores citados a ideia que uma feira livre é um espaço rico de história, é que pretendo realizar ações de resgate de memória com os feirantes e meus alunos da turma do 7º ano A. Uma vez que a feira resistiu ao processo de

modernização da cidade e do processo de construção do patrimônio material edificado, a oralidade dos feirantes pode nos ajudar a contar um pouco da história local e de como a cidade foi se estruturando ao longo dos anos.

Entendo que a troca de experiência entre os alunos, feirantes e visitantes da feira é uma oportunidade de promover uma aula de história envolvente e provocadora, que permita que os alunos percebam atividades e grupos de pessoas que dominam fazeres e saberes da cultura local e ocupam um espaço que remete a antes da industrialização. Ao mesmo tempo, neste mesmo ambiente, encontrar os elementos do novo e do moderno e que podem ajuda-los na sua constituição de sentido sobre sua vida, suas experiências individuais e coletivas e sua cultura.

UM BREVE HISTÓRICO DAS FEIRAS LIVRES NO MUNDO E NO BRASIL.

Em Colinas do Tocantins a Feira Livre está estabelecida, segundo os feirantes, desde os anos iniciais da cidade, com realização sempre aos domingos pela manhã, fazendo parte da história da cidade. Neste espaço é possível encontrar uma grande variedade de produtos produzidos na região, remetendo a antiga cultura de subsistência, característica das primeiras populações da região e também elementos da comunidade moderna como produtos tais como CDs e DVDS, roupas e etc.

Ao realizar uma breve pesquisa bibliográfica sobre o tema, percebe-se que o costume de realizar feiras é muito antigo. Segundo Lenita Maria Rodrigues Calado, no livro *Era uma feira aonde a gente ia de chinelo: Campo Grande e sua Feira Livre Central* (2013; 99) pode-se traçar as origens das mesmas na antiguidade, onde um tipo de comércio muito parecido com as feiras livres era realizado nas ruas e templos, portanto ligado às práticas religiosas. Na obra, a autora conduz os olhares para uma importância ainda maior às feiras, por colocá-las na mesma linha do tempo do surgimento das cidades. Seu trabalho sobre a Feira Livre de Campo Grande mostra como ambas, feira e cidade, têm uma origem contemporânea, de forma que o processo de reconstruir a memória da feira, não se separa da origem da própria cidade de Campo Grande.

Na sociedade ocidental, essa origem remete ao século IX na Europa Medieval (Gonçalves e Abdala, 2013). Quando surgiram para abastecer as comunidades dos suprimentos de primeira necessidade. Novamente o caráter religioso das feiras se faz presente.

Aliás, é dessa possível ligação que surge o nome feira. Que teria sido derivado da palavra latina “*feria*”, que significa “dia santo, dia de descanso ou feriado”, é a palavra que deu origem à portuguesa “feira”, à espanhola *feria* e à inglesa *fair*¹. Muito provavelmente, os dias escolhidos para a prática do comércio, eram os mesmos em que se realizavam aglomeração de pessoas para frequentar os eventos religiosos. Neste período, relaciona-se o surgimento das feiras com o desenvolvimento das atividades agrícolas nos feudos e a consequente formação de estoques, que posteriormente seriam vendidos nas feiras (SOUZA, 2015. GONÇALVES e ABDALA, 2013). Portanto, atribui-se que história das feiras esteja intimamente ligada ao surgimento de cidades. Uma vez que as mesmas geraram centros de aglomeração humana, a partir das atividades comerciais que instigaram a abertura de estradas e comunicações entre diferentes grupos (GONÇALVES E ABDALA, 2013; 02).

Essa consolidação das feiras também se relaciona com o avanço do comércio marítimo da Península Itálica que fomentou o advento das feiras, do comércio e o estabelecimento das próprias cidades. A partir dos portos italianos consolidava-se um comércio terrestre, levando mercadorias orientais por toda a Europa Ocidental (CALADO 2013).

De acordo com a autora:

Na Idade Média, o que se denominava como feiras eram as grandes reuniões de comerciantes de várias regiões da Europa, que comercializavam os mais diversos produtos. Havia também o uso das portas e janelas das casas para realização do pequeno comércio, e cada rua ou viela se transformava, em alguns dias da semana, em feira ou mercado (CALADO 2013; 22).

No Brasil, a origem das feiras se deu durante a dominação colonial Portuguesa. Foram, portanto, baseadas nas feiras europeias. Todavia, acabaram por assumir também a função de dar amparo à consolidação do controle efetivo da metrópole sobre o território, dos nativos e dos colonos (CALADO, 2013). Neste contexto, era uma inflexão na cultura dos nativos, antes completamente baseada nas trocas, chamada de escambo e agora apresentados ao comércio.

Segundo Emerson Trevisan (2008):

A primeira referência das feiras no Brasil data de 1548, quando o Rei D. João III na tentativa de evitar que os colonos se dirigissem às aldeias, ordenou que se fizesse um dia de feira para que os gentios viessem à cidade comerciar seus produtos e comprar o que necessitassem. Partindo do princípio que os mesmos já estavam acostumados a reunir seus artigos de troca na praia para a posterior negociação, estas feiras acabaram por não se realizar. Por este motivo não se realizaram feiras na

¹ Fonte: site <https://pt.wikipedia.org/wiki/Feira>. Acessado em 10/04/2017 às 07:38.

colônia durante os séculos XVI e XVII, não sendo registrados qualquer ocorrência das mesmas nos documentos oficiais ou relatos de viajantes (TREVISAN, 2008;45).

A partir do século XVIII, com predomínio da atividade açucareira e do latifúndio monocultor, as feiras surgem como provedoras dos produtos não produzidos no engenho e, como forma de adquirir produtos semi artesanais para as pessoas e famílias pobres das cidades e populações em torno do Engenho:

Nessas condições de exclusivismo e segmentação da população, as feiras têm um papel importante, não só em produtos de subsistência e primeira necessidade, mas também na venda de roupas, chapéus, alpargatas, etc. Trazidos e comercializados nestes espaços, que também serviam para o contato do homem da área canvieira com o mundo exterior, tornando-se assim um espaço não só de comércio como de convívio social. (IDEM, 2008; 24)

No decorrer dos séculos XIX, XX, até a atualidade, as feiras foram se multiplicando pelas cidades. Nesse processo, foram contraindo características adequadas de acordo com a região em que se estabelecem e de modo a suprir as demandas das mesmas. Com isso, temos trabalhos de pesquisa sobre as feiras em trabalhos acadêmicos do Nordeste (COSTA E SANTOS, 2016; TREVISAN, 2008), Sudeste (MASCARENHAS E DOLZANI, 2008, GONÇALVES E ABDALA, 2013; SOUSA, 2015; CASTRO E ALMEIDA, 2009), Centro-Oeste (CALADO, 2013; PIERRI e VALENTE, 2010) e Sul (DALENOGARE, ALBERTI, 2011). Cada um deles traça características e padrões específicos de cada localidade.

A partir dessas pesquisas sabemos um pouco desse processo de estabelecimento das feiras livres e de como elas vem se adaptando aos espaços, avanços da modernidade, a expansão da industrialização, ao advento de grandes redes de varejo, as inseguranças das ruas e como ainda garantem sua permanência em um mundo de facilidades tecnológicas e crescente desvalorização das práticas, saberes e experiências advinda cultura popular. Essa teimosia em permanecer nas paisagens das cidades é uma característica própria das feiras, pois, de acordo com Pierri e Valente (2010):

Feiras são organismos vivos: se transformam a todo o momento, acompanhando as contradições e os conflitos da sociedade. As feiras representam diversidade: cada lugar tem a sua própria feira, com uma identidade particular. Feiras são democráticas: se encontram, convivem, competem e cooperam na feira sujeitos sociais de todas as classes (PIERRI e VALENTE, 2010).

É derivada desta adaptabilidade ao tempo e às demandas da sociedade, que convivem nas ruas da feira livre uma profusão de diferentes sujeitos, produtos e objetos. Ali convivem as práticas que remetem ao antigo, como as ervas medicinais, os temperos caseiros, bolos,

doces, licores oriundos das receitas familiares com elementos do novo; a exemplo dos produtos do comércio irregular, como as famigeradas cópias falsificadas de roupas, tênis, cds, dvds e etc. .

DA ESCOLA PARA A FEIRA, DA FEIRA PARA A ESCOLA.

Utilizo neste trabalho a metodologia da Educação Patrimonial. Para este fim, segui o *Guia Básico de Educação Patrimonial*, um excelente material didático de apoio, lançado em 1997, por Maria de Lourdes Parreiras Horta, Evelina Grunberg e Adriana Queiroz Monteiro, distribuído pelo IPHAN na qual as autoras defendem que:

O trabalho da Educação Patrimonial busca levar as crianças e adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, capacitando - os para um melhor usufruto destes bens, e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num processo contínuo de criação cultural. O conhecimento crítico e a apropriação consciente pelas comunidades do seu Patrimônio são fatores indispensáveis no processo de preservação sustentável desses bens, assim como no fortalecimento dos sentimentos de identidade e cidadania (HORTA; GRUNBERG; MONTEIRO, 1999, p. 4).

Propus a realização de oficinas de educação patrimonial para testar a hipótese dessa pesquisa na qual defendo a ideia de que a educação patrimonial pode ser uma estratégia de ensino de história local e regional.

O espaço de visitação é a Feira de Domingo. Um dos espaços municipais onde é possível perceber a convivência e envolvimento de diversos grupos sociais, de diversas faixas etárias, onde se concentra diferentes saberes e fazeres. Possibilitando, portanto, um trabalho com o patrimônio cultural imaterial da cidade de Colinas do Tocantins.

Para a viabilidade da pesquisa, procurei conhecer os feirantes com mais tempo de atividade. E assim, cheguei a seis deles. Fiz muitas visitas e conversas nas quais expliquei o projeto e os convidei para contar sua história aos meus alunos.

Com o intuito de buscar estabelecer uma relação dialógica com a turma do 7º ano A, fiz uma primeira visita a sala de aula para uma conversa na qual apresentei projeto para eles, expliquei porque tinha escolhido especificamente aquela turma e deixei-os livres para fazer perguntas. Nesta aula eles tiveram mais curiosidade sobre o que era um mestrado do que propriamente sobre o trabalho que realizaríamos juntos. Pude sentir o animo da turma e me guiar para elaborar as oficinas adequadas à eles.

Na sequência, fiz três aulas/oficinas de 50 minutos. Na primeira e segunda aula, expus os conceitos de patrimônio histórico cultural com exemplos do Brasil inteiro e apresentei os dados e fotos da feira livre de domingo. Na terceira aula/oficina eles realizaram as atividades de registro de aprendizagem. Parte desses registros será utilizada como fontes para a dissertação.

A ação educativa da pesquisa está sendo desenvolvida a partir das seguintes etapas metodológicas adaptadas do *Guia Básico de Educação Patrimonial*:

- 1) Observação: Exercícios de percepção visual/sensorial, por meio de perguntas, manipulação, experimentação, edição, anotações, comparação, dedução. Nesta etapa exibi fotografias da Feira de Domingo e vídeos das manifestações culturais materiais e imateriais desenvolvidas no local.
- 2) Registro: Os alunos foram instigados a realizar desenhos, descrição verbal ou escrita, fotografias, maquetes, mapas e plantas baixas da Feira de Domingo com o objetivo de desenvolvimento da memória, pensamento lógico, intuitivo e operacional.
- 3) Exploração: nesta etapa busca-se análise do problema, levantamento de hipóteses, discussão, questionamento, avaliação, pesquisa no campo. Nesta pesquisa foi realizada a visita guiada á Feira de domingo. Os estudantes ouviram as experiências dos feirantes voluntários da pesquisa, tiraram fotos, fizeram perguntas.
- 4) Apropriação. Recriação, releitura, dramatização, interpretação em diferentes meios de expressão como pintura, escultura, drama, dança, música, poesia, texto, filme, vídeo. Etapa a ser concluída até novembro/2017. Pretende-se que o trabalho feito pelos alunos sobre a feira de domingo seja exibido para toda a escola. Na ocasião espera-se que a partir das memórias e experiências levantadas por eles seja possível percebam a feira de domingo como um patrimônio histórico cultural da cidade de Colinas do Tocantins.

Como parte da pesquisa também se realizou entrevistas com as professoras de história do colégio para que conheçamos como utilizam a história local nas aulas. Ou até mesmo, quais os motivos para o não uso da história local ou da educação patrimonial dentro da escola. Pois, como defendido por autoras como Machado e Monteiro (2010) e Bárbara Groff da Silva (2014), há muitos obstáculos para realização de aulas com a temática de educação patrimonial

nas escolas, que vão desde o pouco tempo dispensado as aulas de história, à dissociação com os componentes curriculares obrigatórios.

Esse mesmo espaço para as narrativas será dispensado para alguns alunos, em uma quantidade a ser escolhida no decorrer da pesquisa. Esse diálogo com os sujeitos da pesquisa me permitirá analisar quais as percepções que eles obtiveram das oficinas e de como passaram perceber o patrimônio Cultural. As fontes para esta pesquisa serão os depoimentos orais e questionários realizados após a realização das oficinas ou após a observação das práticas docentes. Também poderá ser utilizadas a cartografia do espaço pesquisado, visita descritiva, fotografias e todos os registros escritos e imagéticos produzidos pelos alunos.

Há ainda um longo percurso a percorrer nesta pesquisa. As próximas etapas buscarão o contato dos alunos com o recurso da história oral, como forma de conhecer a história de vida dos feirantes e a partir delas montar um folheto com a história da Feira Livre que então serão apresentados para toda a comunidade escolar. Além disto, com as entrevistas com os feirantes pretende-se construir livreto, em formato digital com uma breve história da cidade e história da feira. É uma forma de publicizar as experiências compartilhadas pelos feirantes com mais pessoas. Além disto, é uma forma de proposição didática para professores que queiram executar a educação patrimonial em espaços semelhantes.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, S.P.N.C. *Fazendo A Feira: Estudo das artes de dizer, nutrir e fazer etnomatemático de feirantes e fregueses da Feira Livre do Bairro Major Prates em Montes Claros – MG*. 2009. 163f. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Montes Claros. Montes Claros. 2009.

BAUMAN, Zygmunt. *Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi*. Rio de Janeiro. Zahar. 2005

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *Ensino de História: fundamentos e métodos*. São Paulo: Cortez, 2005.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais : terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais / Secretaria de Educação Fundamental*. – Brasília : MEC/SEF, 1998.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Disponível em:
>https://www.senado.gov.br/atividade/const/con1988/CON1988_05.10.1988/art_216_.asp/>.
Acesso em: 17 de julho de 2017.



CALADO, Lenita Maria Rodrigues. *Era uma feira aonde a gente ia de chinelo: Campo Grande e sua Feira Livre Central* / Lenita Maria Rodrigues Calado – Dourados-MS: Ed. UFGD, 2013.

CHUVA, Márcia. *Por uma história da noção de patrimônio cultural no Brasil*. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2012.

DALENOGARE, Vanessa; ALBERTI, Dirceu Luiz. *Educação popular: saberes entrelaçados*. Vivências. Vol.7, N.12: p.73-80, Maio/2011

FUNARI, Pedro. P.; PELEGRINI, Sandra. C. A. *Patrimônio Histórico e Cultural*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

GONÇALVES, Alexandre Oviedo; ABDALA, Mônica Chaves. *'Na banca do 'seu' Pedro é tudo mais gostoso' - Pessoalidade e sociabilidade na feira-livre*. Ponto Urbe [Online], 12 | 2013, consultado em 03 Abril 2017. Disponível em: <http://pontourbe.revues.org/528;DOI:10.4000/pontourbe.528>

GONTIJO, Rebeca. *Identidade Nacional E Ensino De Historia: A diversidade como "Patrimônio sociocultural"*. In: ABREU, M; SOIHET, R. (org.) *Ensino de História: Conceitos, temáticas e metodologias*. Rio de Janeiro. Casa da Palavra. 2009.

GONÇALVES, Janice. Pierre Nora e o Tempo Presente: entre a memória e o Patrimônio cultural. *Revista Historiæ*, Rio Grande, 3 (3): 27-46, 2001

GUIMARÃES, Selva. *Didática e prática de ensino de História: Experiências, reflexões e aprendizado*. Campinas, SP: Papirus, 2012.

Hall, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade* (11ª. Edição). São Paulo: DP&A. 2006).

HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo. Centauro, 2006.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. *Guia básico de Educação Patrimonial*. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Museu Imperial, 1999.

IPHAN, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. *Histórico, conceitos e processos*. Átila Bezerra Tolentino (Org.). – João Pessoa: Iphan, 2013. Disponível em <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/343>> Acesso em: 31/08/2016.

MASCARENHAS, G; DOLZANI, M.C.S. *Feira Livre: territorialidade popular e cultura na metrópole contemporânea*. Revista Eletrônica Ateliê Geográfico, v. 2, n. 4, agosto/2008, UFG/IESA p.72-87.

MEDEIROS, Mércia Carréra de; SURYA, Leandro. *A Importância da Educação Patrimonial Para a Preservação do Patrimônio*. IN: CHUVA, Márcia; NOGUEIRA, Antônio Gilberto Ramos (Orgs.). *Patrimônio Cultural Políticas e Perspectivas de Preservação no Brasil*. Rio de Janeiro. Mauad X, 2012 – e-book).



MONTEIRO, Ana Maria Ferreira da Costa. *Professores de História: entre saberes e práticas*. Rio de Janeiro, Editora Mauad, 2007.

NORA, Pierre. *Entre memória e história: a problemática dos lugares*. Projeto História, São Paulo, n.10, dez, p.7-28. 1993

TEIXEIRA. Cláudia Adriana Rocha. *A Educação Patrimonial no Ensino de História*. Biblos, Rio Grande, 22 (1): 199-211. 2008.

TREVISAN, Emerson. *A Feira Livre em Igarassu: uma análise a partir os dois circuitos da economia; a convivência do formal e o informal* / 2008. 118 f. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. Geografia, 2008.

SILVA, Iltami Rodrigues da; VINHAL, Maria do Carmo B.; *À Sombra da Estrada: a Belém-Brasília e a fundação da Cidade de Colinas 1960-1965*. Ipiranga. Araguaína. 2008.

SILVA. Bárbara Virginia Groff da. *Educação para o Patrimônio na Escola: Experiências no estagio em docência em História*. IN: Gil; Carmem Zeli de Vargas. et al.(org.). Patrimônio Cultural e ensino de História. Edelbra, Porto Alegre. 53-69. 2014.

SILVA, Marcos A.; FONSECA, Selva G.; *Ensino de História hoje: errâncias, conquistas e perdas*. Revista Brasileira de História, v.30, n.60, p.13-33, 2010.

SILVA. Monica M. da.; DELGADO, Andreia F. *Ensino de História e Educação Patrimonial: experiências de ensino e pesquisa na educação básica*. IN; GIL, Carmem Z.V; TRINDADE. Rhuan T.Z. Patrimônio Cultural e Ensino de História. Porto Alegre, RS; Edelbra, 2014.